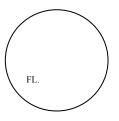


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Conselheiro José Alves Viana



PROCESSO N°: 997.805

NATUREZA: CONSULTA

CONSULENTE: MARCOS PASCOALINO (Prefeito do Município de Rio

Pomba)

À Assessoria de Súmula, Jurisprudência e Consultas Técnicas,

Trata-se de Consulta encaminhada eletronicamente a este Tribunal pelo Prefeito do Município de Rio Pomba, Sr. Marcos Pascoalino, formulada nos seguintes termos:

[...]

- 1 É entendimento dominante na jurisprudência do TCE-MG (bem assim na doutrina e jurisprudência dos tribunais brasileiros) que podem as entidades e os órgãos públicos contratar serviços mediante realização de procedimento licitatório prévio, relativamente a atividades instrumentais ("atividades-meio"), desde que o respectivo objeto não coincida com atribuições inerentes a cargos ou empregos públicos.
- 2 Em tais hipóteses, quando não existam, nos respectivos planos de cargos (ou empregos públicos) e de remunerações, as funções que se pretende contratar, é lícita a "terceirização" (na verdade, contratação de serviços contínuos e instrumentais) mediante contratação de sociedades empresárias.
- 3 No entanto, diante das alterações havidas no âmbito do direito Civil, notadamente na regulamentação das pessoas jurídicas, surgiu a figura do Empreendedor Individual EI e do microempreendedor individual MEI, que prestam serviços variados com benefícios fiscais que tendem a tornar mais barata a atividade.
- 4 Sendo este o quadro, INDAGA-SE:

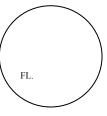
Pode uma entidade ou órgão público contratar, via procedimento licitatório prévio, empreendedor individual (EI) ou microempreendedor individual (MEI) para a prestação de serviços instrumentais (atividades-meio) não coincidentes com as atribuições de cargos ou de empregos públicos, como, por exemplo, conservação, limpeza, vigilância, motorista, dentre outros? (sic)

Josf/lf Página 1 de 2



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Conselheiro José Alves Viana



Considerando estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos incisos I a IV, § 1º do art. 210-B da Resolução nº 12/2008, encaminho os autos a essa Assessoria para a adoção dos procedimentos previstos no § 2º do mesmo dispositivo.

Tribunal de Contas, em 08/02/2017.

CONSELHEIRO JOSÉ ALVES VIANA Relator

Josf/lf Página 2 de 2